

A SRA. VANESSA SCHINAIDER - Tem, tem.  
O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Com prazo, valor direitinho?

A SRA. VANESSA SCHINAIDER - Sim, sim.  
O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Então, por favor, vamos pedir cópia do contrato porque lá está tudo assinalado, e a gente pode considerar como data de início...

A SRA. VANESSA SCHINAIDER - A data de início eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mas, a data de início a senhora informa, porque em geral, só assina o contrato mediante a nota de empenho. Então, você pode dar o memorando de início de imediato. Estou falando em geral, porque às vezes isso não se dá assim. Eu já vi muita obra começar sem contrato assinado, sem nota de empenho.

Mas, com um contrato dá para a gente monitorar por causa da ordem de início vai ficar muito perto do valor empenhado.

Mais uma questão para a gente concluir em relação ao nosso INEA, porque é uma hora e a hora está boa.

O INEA, junto com a Secretaria, Felipe, montou um grupo, vão fazer um seminário? Que tipo de organização de planejamento estratégico vocês estão imaginando, para daqui para frente enfrentar tudo o que de pior virá, sob o ponto de vista das tragédias ambientais? A gente ficou falando de revisão de conceito, de resiliência, eu acho que vocês são um órgão de ponta e deveriam pensar na frente - vocês são um órgão ambiental -, do que ficar a reboque das demandas que estão chegando. Se há alguma capacitação para isso.

O SR. FELIPE MENDES - Presidente, no âmbito da Secretaria, as notícias que têm corrido é que está havendo uma grande integração entre a Secretaria e o INEA, principalmente nesses últimos anos. Existe uma convergência, a Secretaria, como órgão de planejamento e o INEA como executor.

Temos também trabalhado na questão da capacitação dos servidores com a nossa DIGES abrindo cursos de capacitação tanto para a equipe do INEA quanto para a equipe da SEAS. Atualmente, estamos desenvolvendo parcerias com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que está promovendo também capacitação para cerca de 100, 120 servidores tanto da SEAS quanto do INEA nas áreas de intervenção e emergências, na questão de estudos sobre questões hídricas e na parte de desenvolvimento de planos e ações de sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mas, eu estava pensando alguma coisa maior que isso, viu, Filipe? Essas mudanças climáticas, você possivelmente mudando a distribuição do regime das águas, de alguma forma vai ter influência nas marés no que diz respeito às lagoas. Isso quer dizer, muitas vezes uma determinada lagoa vai ficar com seu nível de água mais alto por mais tempo. E, aí, todo o sistema de drenagem que demanda para lá vai ficar afogado e, afogado, nada funciona. Tudo retorna etc. Isso é um aspecto.

Outro aspecto é o que a gente conversou aqui, dos tempos de recorrência. Você vai juntando essas peças e tem um fenômeno ou outro, mais grave, que é a invasão dos oceanos, a parte sólida, o que também já é um fato concreto, trazendo problemas etc.

As questões ambientais passam a ter cada vez mais uma intensidade muito grande. Então, os órgãos estaduais, até porque eu não posso falar um órgão nacional, porque o Ibama está cada vez mais esfacelado e não consegue nem cuidar das suas áreas onde levam os animais que são apreendidos, eles acabam morrendo de fome.

Se a Secretaria, eu sei que a Secretaria é o órgão que pensa o INEA, é o órgão que executa, mas pretende fazer algum seminário, alguma discussão sobre que procedimentos, não é uma discussão teórica sobre a mudança de clima, que procedimentos nós podemos tomar aqui na ponta, em nível estadual, para tentar mitigar esses acontecimentos, nem que sejam questões também ligadas à Defesa Civil? Porque a Defesa Civil não é só tocar sirene quando está chovendo muito. É claro, toca a sirene, mas aí já tem os locais para as pessoas irem, claro que isso tudo é importante, mas não é só.

A Dra. Irlaine colocou a questão do Ambiente Jovem, que pode ter um outro caminho, de Defesa Civil. E, tem lá o rio passando, transbordou, o que fazer com isso? Como proceder? Então, se vocês pensam de botar isso como uma discussão, porque eu não acredito, Filipe, por isso que eu sou chato com esse negócio de, tem matrícula, fez concurso etc. porque para se ter a história e se ter legado.

Nada contra o saber dos senhores, o conhecimento, absolutamente, isso é uma questão minha com o Estado, minha e de outros Deputados até porque sou engenheiro aposentado do estado, então, faço parte dessa história.

Mas a minha preocupação é exatamente nesse sentido de deixar documento, de deixar conceito, de deixar formas orgânicas que o órgão possa fazer atuando no futuro, mas, que seja trabalho de equipe e não no luminar o qual senta na cadeira de secretário, não estou falando aqui do Tiago, não, estou falando de qualquer secretário porque pifa é a instituição que só funciona em função de uma cabeça, essa instituição acabou. A instituição é exatamente ao contrário, aquele que vem, pode adicionar um saber a mais no conjunto do que já existe porque se o que veio é a solução, a solução acabou.

E a gente vê também na política nos últimos tempos, o cidadão que senta na cadeira, não estou falando do senhor não, às vezes senta na cadeira de prefeito, chegou agora, aí, descobre a pólvora, mas, descobriu uma solução que há 56 anos a gente já conhece, já conversa, vê se dá certo, se não dá etc. Então, a minha preocupação é exatamente com essa questão.

Acho que é hora de levar institucionalmente essa revisão de parâmetros e eu não tenho visto isso acontecer, posso até estar enganado, vocês estão participando de congressos em outras unidades federativas, porque os temas de meio ambiente são muito discutidos, mas, tematicamente. Eu gostaria, como se diz em francês, o que fazer?

O SR. FELIPE MENDES - Presidente, eu me comprometo em levantar, com mais detalhes, esses dados e trazer para você. O que eu sei é que esses trabalhos são desenvolvidos no âmbito do Fundrhi. A Secretaria já tem um contrato celebrado ano passado para desenvolver o plano de segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro com apoio do Ministério Público do Estado, com recurso oriundo de um TAC, é celebrado até como Ministério Público do Estado.

Esse levantamento, esse plano de segurança hídrica, não só visa mitigar ações emergenciais como essa, mas, também a própria questão da crise hídrica que hoje talvez o tema tenha sido colocado um pouco de lado por causa das situações de emergência, mas, é um ponto pertinente ainda que devemos enfrentar no futuro, a questão de abastecimento das nossas cidades. Esse é um contrato que se iniciou agora e a gente está trabalhando nisso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Doutora, alguma coisa a mais?

A SRA. VANESSA SCHINAIDER - Não.

Eu só anotei aqui, vou levar também para o INEA. A gente tem uma relação muito boa com uma diretoria também de segurança hídrica que é a DISEC, e a questão do seminário, a gente internamente não tem nada avançado, mas, acho que é uma ideia muito pertinente. Já anotei aqui todas as suas sugestões e vou levar isso para que outras pessoas, até outros diretores adjuntos, abracem essa sugestão e fazer, sim, internamente um seminário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Agradeço, já que ninguém vai mais usar a palavra. Agradeço a presença da Secretaria do Ambiente, agradeço a presença do INEA, vou dar por concluída a nossa audiência pública. Vamos providenciar os ofícios para que os senhores nos respondam aquilo que for demandado por escrito. Muito obrigado e tenham uma boa tarde.

Está encerrada a audiência.

## TEMPORÁRIAS

## COMISSÃO ESPECIAL PARA DISCUTIR E TRATAR SOLUÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA CRESCENTE DE PESSOAS DESAPARECIDAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

(REQUERIMENTO Nº 218/2021)

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, às dez horas e cinquenta minutos, na sala 1808 do Edifício Lúcio Costa, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão Especial em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 218/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Danniell Librelon, foi declarada aberta a 4ª Reunião Ordinária, conforme convocação por edital publicado na data de vinte e seis de maio do corrente ano. Que teve como objetivo a oitiva das Secretarias de Assistência Social dos Municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Após fazer um apanhado referente às informações coletadas nas últimas reuniões, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos seguintes convidados: a Sra. Jovita Belfort, Superintendente de Enfrentamento das Pessoas Desaparecidas do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Marcio Santos, Coordenador de Políticas de Pessoas Desaparecidas do Estado do Rio de Janeiro; a Sra. Anik Ferreira Setúbal Amaral, Assistente Social da Alta Complexidade do Município de Belford Roxo; a Sra. Alessandra Werner, Subsecretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro; a Sra. Micheli Sobral Dos Santos, Secretária de Assistência Social do Município de Itaguaí; a Sra. Karla Ferreira Da Silva, Coordenadora do Comitê para Erradicação do Sub Registro Civil de Nascimento do Município de São Gonçalo; a Sra. Julia Paula Moraes F. S. Goulart, Coordenadora do Departamento de Direitos Humanos do Município de Duque de Caxias; o Sr. Kleber Luiz Gonzaga, Diretor de Direitos Humanos do Município de Nova Iguaçu; a Sra. Juliana Gomez, Superintendente de Proteção Social Básica do Município de Nova Iguaçu; e a Sra. Valeria Silva, Coordenadora de Abordagem Social do Município de Mesquita. Prosseguindo, o Senhor Presidente passou a palavra à Sra. Jovita Belfort, que afirmou que a pasta tem promovido a descentralização do trabalho, a partir da abertura de núcleos nos municípios, para promover atendimento psicossocial e jurídico aos familiares de pessoas desaparecidas. Segundo ela, Japeri foi a primeira cidade a ter um núcleo implantado, tendo onze núcleos atuantes de atendimento e vinte seis comitês de sub-registros. Ela contou que visitou municípios que não tinham nenhuma ação do Estado, e relatou as medidas implantadas nessas comunidades. Seguindo, foi concedida a palavra à Sra. Anik Ferreira Setúbal Amaral que contou sobre o Programa Protegendo o Futuro, que realiza a emissão da carteira de identidade civil para as crianças da rede de ensino de Belford Roxo. Ela relatou a dificuldade que ocorre para a emissão de certidões por falta de um banco de dados nacional que cruze as informações. Prosseguindo, a palavra foi passada à Sra. Karla Ferreira Da Silva, que comentou como a unificação das plataformas estaduais do Detran poderia ajudar a localizar pessoas. Como exemplo, utilizou a questão de pessoas com problemas mentais, que tenham desaparecido em outros estados. Com essa integração de informações, seria possível o Detran-RJ realizar buscas em vários locais fora do Estado. Em seguida, a palavra foi passada para a Sra. Juliana Gomez, que abordou sobre o Programa Paternidade Responsável, criado pelo município de Nova Iguaçu, o qual foi construído a partir de dados do Cadastro Único, com o intuito de localizar as crianças na faixa etária de zero a seis anos que não tinham o registro paterno. Ela relatou que fizeram uma busca ativa para entender a situação, acompanhar e fazer outros trabalhos como a afetividade, a convivência e a garantia da alimentação por parte dos pais. Prosseguindo, a Sra. Valeria Silva apontou a questão do desaparecimento de idosos relacionada à saúde mental e que muitas vezes, eles não sabem dizer quem são. Para ela, o que dificulta o trabalho do município é a falta de documentos dessa população. Por fim, o Senhor Presidente, analisando as demandas abordadas pelos representantes municipais, constatou a importância dos registros e documentações para a política de desaparecidos. Com isso, sugeriu que esse seja o tema para próxima reunião e que, além das representações municipais, será crucial ouvirmos no próximo encontro: o Detran, o Instituto Félix Pacheco, a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do RJ, a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça e a Fundação Leão XIII. Continuando o Presidente, abriu a fala para as últimas explanações dos participantes. Por fim agradeceu a presença e colaboração de todos e às doze horas e cinco minutos, deu por encerrada a presente reunião, cujo link https://www.youtube.com/watch?v=yEof8137y8 contém sua íntegra, bem como seu inteiro teor segue nas notas taquigráficas, arquivadas na Sala das Comissões, da qual, para constar, eu, Leonardo Xavier da Silva, matrícula 201.817-4, Secretário, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, 01 de junho de 2022. (a) Leonardo Xavier da Silva; (a) Deputado Danniell Librelon - Presidente.

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO

ÀS DEZ HORAS DO DIA TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, REUNIU-SE NA SALA 1809 DO EDIFÍCIO LUCIO COSTA, SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO, PARA A APECIAÇÃO DA SEGUINTE PAUTA: 1. APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL DE ELEIÇÃO DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO; 2. CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO. PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS: PATRÍCIA OLIVEIRA (REPRESENTANDO A REDE DE MOVIMENTOS E COMUNIDADES CONTRA A VIOLÊNCIA), COORDENADORA GERAL; ANTÔNIO PEDRO SOARES (REPRESENTANDO A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ALERJ), SECRETÁRIO EXECUTIVO; NINA BARROUIN (REPRESENTANDO O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS); ANA PAULA SOEIRO (REPRESENTANDO O INSTITUTO NELSON MANDELA); ELIENE MARIA VIEIRA (REPRESENTANDO A FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO); FABIOLA CORDEIRO (SUPLENTE PELA FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO); VICTÓRIA GRABOIS (REPRESENTANDO O GRUPO TORTURA NUNCA MAIS DO RIO DE JANEIRO); JOÃO COSTA FILHO (SUPLENTE PELO GRUPO TORTURA NUNCA MAIS DO RIO DE JANEIRO); FÁBIO CASCARDO (REPRESENTANDO A OAB/RJ); ANA CLÁUDIA CAMURI (REPRESENTANDO O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA); JOÃO GUSTAVO DIAS (REPRESENTANDO A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO); MARGARIDA MENDONÇA PRADO (REPRESENTANDO O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE); E MARIA DALVA DA COSTA (SUPLENTE PELA REDE DE MOVIMENTOS E COMUNIDADES CONTRA A VIOLÊNCIA), HAVENDO QUÓRUM PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO, A COORDENADORA DO COMITÊ ABRIU OS TRABALHOS INAUGURANDO O PRIMEIRO PONTO DA PAUTA, PASSANDO A PALAVRA PARA O SECRETÁRIO EXECUTIVO, QUE REALIZOU A LEITURA DA MINUTA. FINALIZADA A LEITURA, O MEMBRO JOÃO GUSTAVO DIAS SUGERIU ALTERAÇÃO NOS SUBÍTEMOS 3.1 E 3.8 BEM COMO A CRIAÇÃO DO ÍTEM 6.12, SUGESTÕES ESTAS APROVADAS PELA UNANIMIDADE DOS PRESENTES. EM SEGUIDA, A COORDENADORA GERAL PÓS EM VOTAÇÃO A MINUTA DE EDITAL DE ELEIÇÃO DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO, NOS TERMOS DO ANEXO A ESTA ATA, QUE RESTOU APROVADA POR UNANIMIDADE. PROCLAMADO O RESULTADO, A COORDENADORA GERAL PASSOU PARA A APECIAÇÃO DO SEGUNDO PONTO DA PAUTA, SUGERINDO A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABA-

LHO COM VISTAS À ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ ESTADUAL PARA PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO, RELATANDO QUE O COMITÊ FOI PROCURADO PELO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA ALERJ E FOI SUGERIDO QUE OS MANDATOS DOS MEMBROS DO COMITÊ TIVESSEM DATA DE INÍCIO E TÉRMINO PREVISTOS NO REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ, COM VISTAS AO MELHOR ANDAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DA CASA. EM SEGUIDA, A COORDENADORA PERGUNTOU AOS PRESENTES QUAIS MEMBROS SE VOLUNTARIARIAM PARA COMPOR ESTE GRUPO DE TRABALHO, NO QUE SE INDICARAM PATRÍCIA DE OLIVEIRA (REPRESENTANTE DA REDE DE MOVIMENTOS E COMUNIDADES CONTRA A VIOLÊNCIA), ANTÔNIO PEDRO SOARES (REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ALERJ) E FABIOLA CORDEIRO (REPRESENTANTE DA FRENTE ESTADUAL PELO DESENCARCERAMENTO). DESTA FORMA, A COORDENADORA PÓS EM VOTAÇÃO A CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO, QUE RESTOU APROVADO POR UNANIMIDADE. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR, A COORDENADORA GERAL ENCERROU A REUNIÃO. RIO DE JANEIRO, 03 DE JUNHO DE 2022; ANTÔNIO PEDRO SOARES, SECRETÁRIO EXECUTIVO.

COMITÊ ESTADUAL PARA A PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO  
EDITAL DE ELEIÇÃO DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO

Dispõe sobre o processo de seleção de 03 (três) membros/as do MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA DO RIO DE JANEIRO, para o mandato 2022/2026, e dá outras providências.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 5.778, de 30 de junho de 2010, que institui o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (CEPCT-RJ) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCTRJ), fica aberta a inscrição para o processo de seleção de 03 (três) membros/as do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro para o mandato 2022/2026, nos limites do presente edital.

## 1. Objetivos

1.1 Este edital tem por objetivo regular o processo de seleção de 03 (três) membros/as do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro para o mandato 2022/2026, em conformidade com a Lei Estadual Nº 5.778, de 30 de junho de 2010;  
1.2 O calendário do processo de seleção está estabelecido no Anexo I deste edital.

## 2. Responsabilidades

2.1 Em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso XI, da Lei Estadual Nº 5.778, de 30 de junho de 2010, o processo de seleção de 03 (três) membros/as do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro será coordenado pelo Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro;  
2.2 Compete ao Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro:

- I - Organizar e coordenar o processo de seleção dos membros/as do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro;
- II - Fazer as comunicações necessárias ao processo de seleção;
- III - Receber, apreciar e decidir sobre o deferimento ou indeferimento dos pedidos de inscrição dos candidatos concorrentes;
- IV - Receber, apreciar e decidir sobre os pedidos de impugnação de candidatos e os recursos;
- V - Receber e apreciar toda a documentação referente ao processo de seleção; e
- VI - Decidir os casos omissos do presente edital.

## 3. Das Vagas

3.1 De acordo com o art. 19 do Regimento Interno do Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro um terço das vagas previstas neste edital será reservado para pessoas negras ou indígenas;  
3.2 A reserva de vagas, em hipótese alguma, limitará o número de pessoas negras ou indígenas.  
3.3 O candidato deverá, no ato da inscrição no processo seletivo, se autodeclarar negro ou indígena para concorrer a uma vaga reservada.  
3.4 O CEPCT-RJ constituirá Comissão de Verificação, que deverá entrevistar os candidatos que pleitearem as mesmas.  
3.5 O critério adotado para a validação da autodeclaração é fenotípico como definido na Portaria de nº4, publicada em 6 de abril de 2018, do Ministério do Planejamento. Os candidatos cuja autodeclaração não for referendada seguirão no processo concorrendo na modalidade de ampla concorrência.  
3.6 Serão eleitos, na condição de titulares, os candidatos mais votados, respeitadas as vagas reservadas.  
3.7 serão eleitos para as vagas reservadas aqueles candidatos habilitados pela Comissão de Verificação mais votados, que não tenham sido eleitos para vagas da modalidade de ampla concorrência.  
3.8 Serão eleitos na condição de suplentes aqueles candidatos que receberem votos mas que não tenham se classificado dentro do número de vagas, observadas as regras da reserva de vagas para pessoas negras ou indígenas.

## 4. Etapas do Processo de Seleção,

4.1 O processo de seleção se realizará em oito etapas:

- I - Assembleia Extraordinária do CEPCT/RJ para Apresentação Pública do Trabalho do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. A realização de tal assembleia é exclusiva para tal apresentação e não está sujeita ao quórum estabelecido no Regimento Interno do CEPCT/RJ;
- II - Inscrição dos candidatos;
- III - Entrevista da Comissão de Verificação com os/as candidatos/as que disputarão as vagas para pessoas negras ou indígenas;
- IV - Apreciação das inscrições dos candidatos/as, dos pedidos de impugnação de candidatos/as e dos recursos pelos membros do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro;
- V - Publicação da lista de candidatos, já com o resultado das entrevistas da Comissão de Verificação, por meio do correio eletrônico dos inscritos e do website do MEPCT/RJ (www.mecanismojr.com), e abertura do prazo de 04 dias para o recebimento de pedidos de impugnação de candidatos/as e de recursos;
- VI - Eleição de 03 (três) membros/as em reunião do Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro, sendo o resultado final votado e encaminhado à Comissão de Norma Internas e Proposições Externas para realização de sabatina;
- VII - Publicação em Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro do resultado, com a lista de pessoas eleitas para o cargo de membros/as do MEPCT/RJ e da lista de suplentes, segundo a ordem dos mais votados/as e com a indicação das pessoas autodeclaradas negras e/ou indígenas, assim entendidas pela Comissão de Verificação;
- VIII - Nomeação dos 03 (três) membros/as pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

## 5. Requisitos do Candidato/a